



O SERTÃO SEMIÁRIDO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RELAÇÕES DE PODER EM “VIDAS SECAS”

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria¹

Jessie Coutinho de Souza Tavares²

Marcus Vinicius de Oliveira Brasil³

Mônica Mota Tassigny⁴

Artur Gomes de Oliveira⁵

Resumo

O semiárido e a incidência da seca expressam condições sociais que afligem a população sertaneja. Objetivando caracterizar a condição do sertanejo diante da vida no semiárido, a pesquisa possui duas etapas metodológicas: a composição de um ensaio e uma análise fílmica. Inicialmente, buscou-se construir o modelo de análise para o filme “Vidas Secas”, constituído pela organização social, pelas políticas públicas e pelas relações de poder no sertão semiárido, e a fragilização do sertanejo em decorrência das expressões de pobreza, da seca e da dependência. Por um lado, observam-se políticas que caminham para minimizar a condição emergencial da seca e, por outro, ações governamentais que consideram a seca um problema estrutural e um

Recebimento: 1/7/2016 • Aceite: 15/11/2016

¹ Doutoranda em Administração pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: bianapsq@hotmail.com

² Mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Docente da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). E-mail: jessiecoutinho@unifor.br

³ Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Docente da Universidade Federal do Cariri. Juazeiro do Norte, CE, Brasil. E-mail: mvobrasil@gmail.com

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris). Docente da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). E-mail: monica.tass@gmail.com

⁵ Doutor em Administração pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. Aracajú, SE – Brasil. E-mail: rturgomes1@hotmail.com

fenômeno social. Mesmo que estas se consubstanciem num avanço para a região semiárida, infere-se que a lógica subjacente a essas ações, sob a égide capitalista, perpetua a condição do sertanejo subjugado a um sistema de dependência do Estado. Por fim, considera-se fértil a análise do semiárido sob a tônica do desenvolvimento alternativo, com análise da região em função da subsistência, da participação e da liberdade.

Palavras-chave: Sertão; Semiárido; Políticas Públicas; Relações de Poder; Vidas Secas

THE BACKLANDS SEMIARID REGION, PUBLIC POLICIES AND POWER RELATIONS IN "VIDAS SECAS"

Abstract

The semiarid region surviving conditions and the incidence of drought form a socioeconomic context that afflict the backlands population. Aiming to investigate the backlanders conditions before life in the semiarid region, this research has two methodological steps: the composition of an essay and a filmic analysis. Initially, it was tried to build the analysis model for the film "Vidas Secas", formed by the social organization, public policies, the power relations in the semiarid backlands and the weakening of the backlanders as a result of the many expression of poverty, drought and dependence. On one side it may be observed public policies aiming to minimize the emergency condition imposed by drought and, on the other, government actions that consider drought as a structural problem and also a social phenomenon. Even if all these procedures bring advances for the semiarid region, it may be noticed that the results, under the capitalist aegis, still maintains the backlanders in a system that determines their dependency on the state. Finally, it is considered fertile the analysis of the semiarid region under the alternative development focus, with analysis of the region on the basis of subsistence, participation and freedom.

Keywords: Backland; Semiarid region; Public policy; Power relations; Vidas Secas

Introdução

A caracterização do semiárido traz, tradicionalmente em seu bojo, a incidência da seca como uma das maiores aflições que acometem a população sertaneja (TAVARES *et al.*, 2015). A fragilidade da região é nítida, não só na escassez de recursos hídricos disponíveis, como também no seu mau uso, o que indica a necessidade de intervenções capazes de gerar melhorias na qualidade de vida da população (LACERDA; OLIVEIRA, 2007).

A despeito das desvantagens decorrentes das variações climáticas que acometem o semiárido, o sertão semiárido também é “uma região sob intervenção, onde o planejamento estatal define projetos e incentivos econômicos de alcance desigual, mediante programas incompletos e desintegrados de desenvolvimento regional” (AB’SABER, 1999, p. 8).

Em torno de projetos e programas incompatíveis com a realidade do sertão, o olhar sobre o sertanejo no semiárido denuncia que o fenômeno humano, de natureza heterogênea e interdependente, muitas vezes, assume perfil descontextualizado, quando a compreensão do problema humano ocorre a partir da sua fragmentação, da “redução do complexo ao simples” (MORIN, 2007). A partir daí, surge o primeiro óbice ao exercício reflexivo: analisar o multidimensional a partir da perspectiva unidimensional (MORIN, 2005).

Da mesma forma, o preconceito que culminou na separação entre os estudos científico e humanístico possibilitou análises quantificadas do campo, contudo, o caráter reflexivo do homem diante das perspectivas globais restou atrofiado. Do ponto de vista cívico, o indivíduo não consegue analisar o panorama global no qual vive, tampouco conseguirá adquirir consciência dos seus deveres na qualidade de agente atuante, convivendo em sociedade (MORIN, 2005). Assim, construir o conhecimento significa compreender as problemáticas que integram o panorama global, a partir da interação entre cultura, sociedade, economia e meio ambiente (MORIN, 2002). É preciso, então, “começar a pensar a complexidade”, reconhecendo a interdependência das ciências e diagnosticar os problemas humanos multidimensionalmente manifestados (MORIN, 2005).

Chacon (2007) corrobora a complexidade de Morin (2005) quando critica a “concordância” existente entre governantes e governados do sertão no que diz respeito à ideia de que a seca, a pobreza e a dependência fazem parte do conjunto de características sertanejas, cuja natureza é imutável. Neste diapasão, as perspectivas

de Chacon (2007) e Morin (2005) mostram que o sertão ainda é visto sob uma perspectiva determinista e simplista. A dependência, nesse contexto, insere a leitura do sertão no escopo de um sistema econômico pautado na apropriação da natureza e em políticas compensatórias de ajustamento (CHAGAS; CARVALHO; MARQUESAM, 2015).

O sertão, complexo e multidimensional, então, apresenta-se como “uma arena de lutas e conflitos, conchavos e alianças. As relações entre os atores oscilam entre a solidariedade e a disputa, conforme se descortinam os interesses, e também conforme estes são manipulados” (CHACON, 2007, p. 32).

A seca, enquanto fenômeno socialmente construído, é uma das mais complexas ocorrências mantenedoras da submissão do “homem pelo homem”. As políticas públicas disponíveis ainda contribuem mais para a manutenção da estrutura desigual no semiárido do que para minorar os principais problemas advindos das longas estiagens (POMPEU; TASSIGNY, 2006).

Com suporte na perspectiva do sertão complexo, multidimensional, que encerra relações de poder, caracterizada como uma *região sob intervenção*, este trabalho apresenta um estudo acerca das características do sertão semiárido, aliado ao conjunto de problemáticas que marcam seu cenário, como o coronelismo e outras questões políticas e de poder que tradicionalmente se fizeram presentes no sertão nordestino e que aprofundam a relação entre sertão com a dependência, a pobreza e a seca.

Esses aspectos serão investigados com base na análise da obra “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, publicada originalmente em 1938, e produzida no cinema em 1963, sob direção de Nelson Pereira dos Santos, sendo premiado no festival de Cannes, na França, em 1964. A obra retrata a saga de uma família de retirantes nordestinos implicados nas problemáticas da vida no sertão, especificamente pelas condições da seca, da pobreza e da dependência.

Diante desse contexto, indaga-se sobre como a obra “Vidas Secas” retrata a condição do sertanejo diante da vida no semiárido. Assim, objetiva-se caracterizar o sertão semiárido e a condição de vida do sertanejo sob o ponto de vista das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da seca, bem como descrever as relações de poder manifestas na vida sertaneja.

O estudo aproxima-se da discussão sobre sustentabilidade, considerando investigações que explorem a interação entre o homem, a sociedade, a economia e o meio ambiente, diante da nova perspectiva global, que reclama “(...) novas visões do significado de igualdade

social, justiça ambiental e ética empresarial” (ELKINGTON, 2012, p.110).

No que tange à sustentabilidade, ainda, o estudo também se aproxima da análise crítica do discurso do desenvolvimento e do seu oposto, subdesenvolvimento, que também revela a problemática da superexploração do desenvolvimento, e dos conflitos que são, portanto, tanto um indicador, quanto uma consequência das questões ambientais e das injustiças sociais decorrentes de projetos econômicos (MISOCZKY, 2010).

O Semiárido: Organização Social e Relações de Poder

Amado (1995) designa a palavra “sertão” como uma atribuição histórica às regiões nordestinas naturalmente exiladas em virtude da sua aridez e infertilidade. A carência de condições adequadas para um padrão de sobrevivência que pudesse ser considerado como satisfatório para o homem médio, fazia das regiões, inicialmente identificadas como sertões, uma tácita representação das terras de ninguém.

(...) a palavra ‘sertão’ é ainda na atualidade, usada em várias regiões brasileiras para designar áreas interioranas, sejam elas os hervaís no Planalto da Serra Geral, no oeste catarinense, como a cimeira das vertentes íngremes das áreas serranas do Sudeste brasileiro, as chapadas e cerrados do Centro-Oeste ou a região de semiaridez do Nordeste (ANTÔNIO FILHO, 2011, p. 87).

A análise histórica do fenômeno mostra que no período imperial as medidas assistenciais destinadas aos sertanejos cometidos pelas estiagens como, por exemplo, a distribuição de alimentos e a criação de frentes emergenciais de trabalho nas obras públicas, eram a alternativa encontrada mais viável para a convivência com a seca (POMPEU; TASSIGNY, 2006).

Após as dedicações do Império em atenuar as questões sociais desencadeadas com a escassez de água, houve, no período republicano, a preocupação em formar instituições voltadas para o estudo do clima, recursos hídricos e saneamento, com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), a qual foi posteriormente denominada de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (MAGALHÃES *et al.*, 1991). Nesta mesma época, o governo federal adotou uma série de

medidas que incluíam a construção de açudes e barragens no semiárido com o objetivo de acumular água para os períodos de estiagem, que ficou conhecida por fase hidráulica (POMPEU; TASSIGNY, 2006). Embora tenha contado com grandes esforços por parte do governo e da população sertaneja, a fase hidráulica não apresentou resultados satisfatórios, visto não ter havido qualquer alteração na organização agrária local, nas técnicas agrícolas rudimentares e na influência política das oligarquias rurais (SOUSA, 2010).

A aparente falta de recursos destinados a suprir as condições geradas pelas estiagens intensifica o nível de miserabilidade da população que, a despeito da assistência oferecida por programas governamentais que buscam garantir o mínimo necessário à sobrevivência da comunidade carente, não são capazes de proporcionar ao sertanejo o pleno acesso ao consumo de água e alimentação adequadas, manifestando na comunidade regional a busca pelo êxodo rural (RIGOTTO; FREITAS, 2012).

Segundo autores como Demo (1991) e Sampaio (2002), o fenômeno regional que acomete o semiárido apresenta-se em duas perspectivas distintas. A primeira envolve os parâmetros naturais inerentes ao clima da região, os quais desencadeiam a já conhecida escassez de chuvas e as consequentes deficiências na agricultura e pecuária, principais atividades econômicas da região. Em apartado ao vislumbre meteorológico do local, a segunda engloba os constantes sacrifícios gerados na incidência do fenômeno social.

Inicialmente, é preciso que o fenômeno da seca seja observado como uma ocorrência de caráter estrutural, o que implica a análise do fenômeno social do semiárido; se as variações climáticas que acarretam as estiagens estão comprovadamente documentadas desde o período da colonização do território brasileiro, torna-se superficial relatar a seca como um acontecimento emergencial, que subjaz à lógica das problemáticas da seca como decorrentes de fatores naturais (DEMO, 1991). Nesse sentido, com amparo na leitura social, tem-se que “a mais grave e repelente falácia sobre o Nordeste seco ocorre quando se pretende ensinar o nordestino a conviver com a seca” (AB’SÁBER, 1999, p. 24).

Como fenômeno social, embora provenha de condições naturais, a seca não apenas ressalta a carência física e estrutural da população, como também a carência intelectual (DUARTE, 2002). Sem acesso a escolas e universidades devidamente estruturadas, o sertanejo não pode ser considerado apto a analisar sua própria situação no que diz respeito à natureza das suas necessidades e do método de

intervenção governamental adequado para regularizá-las. A realidade sociocultural do homem no sertão fica restrita ao armazenamento de água e combate à fome. Assim, resta ao povo sertanejo no sertão semiárido a formação de um “(...) povo e uma cultura amarrados à rusticidade da vida econômica e social nas caatingas” (AB’SÁBER, 1999, p. 24, 25).

O enfoque político no semiárido, centrado na lógica da naturalidade da seca, também foi moldado por padronizações históricas que, desde o período colonial, foram conduzidas pela comunidade latifundiária, as quais tradicionalmente fizeram do sertanejo o eterno sobrevivente vulnerável às promessas governamentais que o levavam a crer na adoção célere de medidas miraculosas capazes de dispensar as previsões proféticas que um dia serviram de alento para aqueles que viam nas chuvas a sua sobrevivência (POMPEU; TASSIGNY, 2006).

Nesse contexto, o Estado aparece como um mediador dos conflitos de interesses regionais e, portanto, incapaz de “fortalecer o Sertão como um espaço diferenciado, com organização social e produtiva próprias” (CHACON, 2007, p. 32). No campo das “políticas públicas” não há qualquer preocupação em desenvolver projetos capazes de satisfazer as necessidades do povo, existe apenas a repetição tradicional de “uma postura de descomprometimento, justificada na maioria das vezes por uma suposta inviabilidade econômica e produtiva da região” (CHACON, 2007, p. 33). Além disso, “a mídia corporativa contribui decisivamente para a criação de condicionamentos sociais, por meio da reprodução de mitos e da construção do consenso de que o capital é a grande força regional” (PICOLI, 2011, p. 301).

Os ciclos das estiagens que se manifestaram na República Velha foram precedidos pelo movimento do “discurso sobre a seca”, iniciado no período imperial. Ao invés de abordar o problema, com o objetivo de desenvolver políticas capazes de auxiliar o sertanejo com as aflições climáticas, a questão era levantada como uma forma de “barganha política”. Ainda nesse contexto, surge a figura do Coronelismo no Sertão (POMPEU; TASSIGNY, 2006).

A intensificação das consequências geradas pelas estiagens evidenciou os benefícios políticos direcionados aos grandes proprietários e empresas privadas que, representando uma minoria beneficiada com recursos públicos, disponibilizam à população camponesa uma relação de parceria na qual lhes é imposta uma perene dependência econômica, em virtude do acúmulo de despesas que nunca podem ser pagas (BARREIRA, 1991).

É redundante, porém imperioso afirmar que, com relação aos sertanejos que eram constantemente acometidos pela seca, o Estado do bem-estar social defendido pela Constituição Cidadã de 1988 inexistia. As intervenções governamentais, de caráter emergencial, apenas acentuavam a inocência de uma massa popular sem assistência, incapaz de reivindicar uma boa qualidade de vida como direito supremo e intransponível.

Assim, tem-se que a leitura da seca como fenômeno natural simplifica suas consequências e condiciona explicações também simplificadas de sua resolução, em geral, amparadas pela lógica da dependência. As descrições do movimento econômico cíclico de dependência entre maioria e minoria, apontadas por Barreira (1991), inferem que a situação mencionada proporciona um vislumbre das relações de poder no sertão, marcadas pelos traços do coronelismo, o que atualmente pode indicar mais uma manifestação neocolonialista no semiárido. A dependência no semiárido instaura a “perspectiva da modernidade e a revelação, até há pouco silenciada, da opressão epistêmica que, em nome da modernidade, foi exercida enquanto forma particular de colonialidade (...) do poder e de conhecimento” (MIGNOLO, 2004, p. 670).

Outra inferência é que o propósito de cunho emergencial, sempre adotado como proposta de solução governamental, tem como objetivo único e certo sufocar as possíveis animosidades que possam brotar na população, a qual já se encontra deveras castigada.

[...] toda a história do Sertão é marcada pela interferência do Estado, sempre pautada no tema que é a própria espinha dorsal das políticas públicas para a região: a seca. A escassez de água ajudou a justificar inúmeras ações governamentais [...]. Todo um arcabouço econômico e político se cristalizou, condicionando as relações sociais. A seca é, nesse sentido, estruturante da vida política regional. E, por conta disso, é suscetível de ser apropriada como vetor de uma nova forma de perpetuar e “regular” as relações na região (CHACON, 2007, p. 33).

O diagnóstico acerca da comprovação da periodicidade da seca implica, em primeiro lugar, na reformulação das ações interventivas que tradicionalmente apresentam caráter emergencial. As ações de alcance paliativo são incompatíveis com um problema que, embora

decorra de manifestações naturais, ressalta outras adversidades de natureza estrutural e social. A solução para o convívio com as estiagens deve partir da análise complexa que busca a união entre fatores históricos e naturais (MORIN, 2005), bem como a interação entre a comunidade e a atuação governamental (DEMO, 1991).

Os diagnósticos acerca da questão das estiagens comprovam que a superação do problema depende, em primeiro lugar, do abandono das chamadas “frentes emergenciais” (POMPEU; TASSIGNY, 2006). A adoção de estratégias governamentais que tenham por objetivo enfrentar o problema, auxiliando na convivência do sertanejo com a seca, devem ser revestidas, tanto de grandiosidade e longevidade, quanto a origem do dilema.

A partir da década de 1960, foram iniciadas as abordagens governamentais que indicavam o início do projeto dos perímetros irrigados como “estratégia geopolítica” de expansão, em que estava indicado que as novas medidas a serem inseridas no Nordeste abandonariam a natureza assistencial e se apresentariam sob a égide capitalista, no que tange à utilização do semiárido para o desenvolvimento do agronegócio e a formação de pequenos e médios empresários (PONTES *et al.*, 2013). A esse respeito, infere-se que as novas políticas esforçam-se em equilíbrio contraditório entre a autonomia da região para o enfrentamento das desigualdades internas, e o ajustamento ao sistema capitalista, capaz de desconsiderar conflitos socioambientais que esse alinhamento propicia (MISOCZKY, 2010).

Poder local e poder central

As questões inerentes à atuação do poder local, no Nordeste semiárido, constituem o principal fator responsável pela organização social da região (POMPEU; TASSIGNY, 2006). Na história da evolução do Brasil, a presença da figura do Estado é constante, porém a delimitação do regime coronelista, dependia de uma atuação estatal exercida em caráter paternalista (BURSZTYN, 2008). De toda forma, “os planos governamentais de prevenção às consequências das secas têm sido relativamente impotentes e pouco eficazes para atender à sociedade sertaneja como um todo” (AB’SÁBER, 1999, p. 27).

O modelo de organização social rural consolidou as relações de dependência que subordinava os trabalhadores aos latifundiários locais, tanto por meio dos financiamentos à pequena produção, como pelas relações de afinidade geradas entre minifundiários e latifundiários (DEMO, 1991). Assim,

A especificidade dos problemas humanos e sociais do Nordeste seco está diretamente relacionada ao balanço entre o *quantum* de humanidade que a região precisa alimentar e manter e as potencialidades efetivas do meio físico rural, dentro dos padrões culturais de sua população e dos **limites impostos pelas relações dominantes de produção** (AB'SÁBER, 1999, p. 26, grifo dos autores)

Estudando os aspectos do coronelismo, Janotti (1981, p. 7-8) afirma que “as raízes do coronelismo já estavam sedimentadas no Império e, com a República, o Coronel amplia o seu papel dentro da nova estrutura política”. Ainda neste sentido, o coronel como o representante da “oligarquia agrícola-mercantil controla o poder público e orienta suas decisões no sentido de afastar as demais classes do poder e manter seus privilégios” (JANOTTI, 1981, p. 9).

De acordo com os aspectos históricos que retrataram o processo de ocupação e estruturação de classes no semiárido, é possível inferir que a presença do Estado, como mediador das relações sociais e econômicas, buscava satisfazer os interesses dos grupos econômicos com maior poder aquisitivo.

Leal (1986, p. 20) definiu o coronelismo como um compromisso, uma troca de “proveitos”, ou ainda, uma “certa forma de incursão do poder privado no domínio público” (LEAL, 1986, p. 181). Consolidado no período republicano, o coronelismo consistiu em uma “corporação de emergência” (MACEDO, 1990, p. 16), que relegou os chefes municipais a uma categoria politicamente irrelevante.

Sobre o estudo do coronelismo, Santos e Capparelli (2005) indicam que logo em seguida à instalação da Primeira República, os coronéis aperfeiçoaram seus poderes tradicionais por meio de um sistema eleitoral, sem a possibilidade de votação secreta:

A dependência dos trabalhadores rurais em relação aos coronéis e a possibilidade de conferência dos votos criaram uma situação na qual o ‘voto de cabresto’ era praticamente obrigatório. Desta forma, os coronéis municipais se aliavam às oligarquias estaduais, representadas principalmente pelos governadores, e estas ao Governo Federal, numa intensa rede de favores (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, p. 5).

Diniz (1999, p. 82) também descreve alguns retratos do regime coronelista quando menciona as condições do semiárido nordestino após a implementação dos perímetros irrigados, em meados de 1960, relatando que “depois da ação planejada [perímetros irrigados] que se inicia com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ressalta-se o papel do Estado como um componente estratégico de acumulação capitalista”.

O século XIX teve a figura do Estado revestida de fraqueza no que diz respeito à sua estrutura administrativa, o que resultou em muito poder usufruído por minorias economicamente mais favorecidas, ou seja, os poderosos locais representavam para os cidadãos comuns, os “intermediários nas relações com o Estado” (JANOTTI, 1981, p. 21).

O abalo da estrutura de classes, entre os anos de 1950 e 1959, que desencadeou a busca pelo êxodo rural pela maior parte da população carente, forçou o Estado a assumir uma postura aparentemente assistencialista; não havia uma defesa de interesses de determinado grupo, porém o Estado atuou em um processo de mediação entre classes, nas ações que promovia. Assim, o Estado “cumpre o seu papel de mediar o conflito entre as frações dominantes e dominadas, especialmente em suas tentativas para dividir e desorganizar as classes dominadas” (DINIZ, 1999, p. 83).

Ainda, no que tange à posição do Estado nas relações de poder e estruturação de classes no semiárido, Poulantzas (2000) conclui que o Estado é o principal garantidor da unidade política das classes dominantes; seu papel se assemelha ao de um mediador que garante e organiza os planejamentos políticos das classes dominantes em prol dos interesses da maioria. No entanto, suas propostas ainda carregam “estudos regionais em grossos volumes, sob linguagem asséptica, entranhados de estatísticas desatualizadas: impotentes para qualquer aplicação estratégica” (AB’SÁBER, 1999, p. 34) e, seus projetos, também, “são vendidos à opinião pública como válidos para a salvação de todo os sertões” (AB’SÁBER, 1999, p. 35).

Bursztyn (2008) aponta que uma decorrência lógica da dependência gerou influência na seara política que, pelas prerrogativas militar e de justiça conferidas aos senhores de terras, teve sua composição pautada no voto de cabresto e nos currais eleitorais.

A fórmula persistente e intocável que tem a força de estagnar o desenvolvimento é constituída pela consciência fixa que destina o maior percentual dos recursos disponíveis para o uso e abastecimento desregrado dos latifúndios de único proprietário (FINAN, 1999). A esse

respeito, em algumas regiões do Nordeste semiárido, cerca de dez por cento dos latifundiários possuem noventa por cento das terras da região e, além disso, direcionavam regularmente fundos de auxílio do governo para suas fazendas; alguns fundos de auxílio público eram convertidos em renda para os latifundiários (FINAN, 1999).

É nesse contingente que o jornalista Antônio Callado traz a expressão “indústria da seca”, caracterizada pelas constantes intervenções sociais realizadas por grupos dominantes, com objetivos pautados na obtenção de vantagens econômicas e políticas, adquiridas às custas do sacrifício da comunidade minifundiária que, além de se manter subjugada aos interesses do poder local, precisa arcar também com as consequências do clima semiárido (POMPEU; TASSIGNY, 2006).

Quando era possível identificar alguma intervenção estatal direcionada ao semiárido, sob a proposta de promover uma convivência harmônica com as variações climáticas da seca, sua execução normalmente vinha aliada ao molde tradicional da política de dependência, capaz de proporcionar contínuas vantagens na relação entre beneficiador e beneficiado; ou seja, o assistencialismo do Estado também era eivado pelas manifestações do poder local (FINAN, 1999).

A partir da era Vargas, o papel paternalista do Estado para com os latifundiários se revelou sob a roupagem de um poder centralizador; não havia mais o objetivo de preservar a figura dominante do coronel, mas sim de trazer para o interior semiárido o desenvolvimento, o emprego, a renda, as benesses do capitalismo e o agronegócio (SOUSA, 2010).

Um dos objetivos do processo intervencionista do Estado no interior semiárido era combater a hipertrofia do poder local com a articulação de medidas de caráter planejado, no entanto, essas medidas que já foram timidamente inseridas na região foram apropriadas pela classe que já mantinha o domínio regional (BURSZTYN, 2008).

Diante da necessidade de aumentar a estrutura produtiva do Nordeste, reorganizar suas relações de produção e inserir a região na divisão internacional e nacional do trabalho, o governo, por intermédio de diversos órgãos, promoveu no semiárido não só ações de caráter assistencialista, mas também de caráter transformador (RIGOTTO; FREITAS, 2012).

Embora o Estado tenha promovido mudanças no semiárido, que buscassem o desenvolvimento do sertão e a anulação do poder local, o conjunto de projetos de natureza capitalista, implementados na região, não só foram benéficos para as oligarquias rurais que outrora

detinham o poder local, como também geraram uma relação de dependência entre os produtores e o Estado (BURSZTYN, 2008).

A concessão dos “pacotes tecnológicos” aos pequenos produtores dependia da elaboração de um projeto agropecuário, o qual vinculava indiretamente o pequeno produtor à atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão (EMATER). A concessão de um empréstimo do Estado ficava então vinculada ao projeto elaborado nos moldes da EMATER, bem como a delimitação do que deveria ser cultivado. A partir da inserção do sistema bancário e dos insumos industrializados no ambiente agrícola, o Estado assegura-se de um crescente grau de controle efetivo da estrutura produtiva rural (BURSZTYN, 2008).

Esse fato jamais poderia induzir à ideia de que os créditos rurais são nocivos ou incompatíveis com o incentivo que deve ser provido ao pequeno produtor, no entanto, é imperioso afirmar que o “*check list*” de requisitos que devem ser preenchidos para as concessões de crédito costuma beneficiar aqueles cuja propriedade ultrapasse os 100 hectares, ou seja, trata-se aqui de médios e grandes empresários (BURSZTYN, 2008).

As explanações de Bursztyn (2008) sobre o Nordeste levam à observação de que o Nordeste ainda se apresenta com os aspectos coronelistas outrora consolidados, mas sem a presença efetiva dos coronéis.

Metodologia

A pesquisa possui duas etapas metodológicas: a composição de um ensaio e uma análise fílmica. Inicialmente, a pesquisa buscou construir o modelo de análise para o filme “Vidas Secas”, com suporte na problemática da seca no sertão semiárido. A combinação dos elementos subjacentes às condições de existência do sertanejado, especificamente, relacionado à organização social, às políticas públicas e às relações de poder no sertão semiárido, amparadas na fragilização do sertanejo em decorrência das expressões de pobreza, da seca e da dependência, deu origem ao modelo da pesquisa (Figura 1) que balizou o segundo momento de análise.

Figura 1: Modelo de análise do semiárido, com suporte da leitura da seca como um fenômeno estrutural e social



Fonte: elaborado pelos autores (2016).

O primeiro momento, ainda, possui a natureza de um ensaio, caracterizado pela natureza reflexiva e interpretativa (MENEGETTI; 2011). Ao ensaio atribui-se a busca por novos enfoques, em função de uma forma mais adequada de análise, mesmo que essa forma não exista a princípio. Revela-se como a forma mais adequada do entendimento de algo, relacionado ao “novo, ao ecletismo ou ao fora de padrão” (MENEGETTI; 2011, p. 324), composto de “(...) se não o esboço de uma teoria, pelo menos algumas intuições que lhe confirmam originalidade e criatividade” (BERTERO, 2011, p. 342). Ainda, “na administração em que o imperativo da objetividade domina a produção de conhecimento, o ensaio é importante recurso para ampliar a interdisciplinaridade e promover a construção de saberes por meio da relação intersubjetiva” (MENEGETTI; 2011, p. 331).

No que tange à análise fílmica, Albuquerque Júnior (2001, p. 191) afirma que “a arte deve não só representar o real, mas explicá-lo, descobrindo o processo social que o determina”. Nesse sentido, o segundo momento do estudo busca investigar o sertão semiárido sob o ponto de vista das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da seca e de suas consequências, bem como analisar as relações de poder manifestas na vida sertaneja, com base no estudo observacional do filme “Vidas Secas”. O apanhado literário trata dos relatos acerca das aflições nordestinas que marcam o perfil do sertanejo como o homem sofredor que padece diariamente com os infortúnios naturais e sociais que o cercam (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

O estudo observacional objetivou o aprofundamento no mundo dos significados das ações e relações apresentadas nas dinâmicas interpessoais do filme (MERRIAM, 1998). Privilegia-se uma

abordagem qualitativa, com vistas a apreender significados postos no enredo, considerando que os textos fictícios transmitidos pelos filmes podem apresentar representações sobre a realidade diante de elementos subjetivos atribuídos à experiência cotidiana (PAIVA-JUNIOR; ALMEIDA; GUERRA, 2008).

A metodologia de pesquisa ancorada em análise fílmica parte da concepção de que as interpretações suscitadas pelo filme são elaboradas em função da realidade encenada e que, mediante comparações, podem trazer à tona esquemas compreensivos sobre a relação teórica abordada em contextos sociais específicos (FLICK, 2004). Assim, “(...) essas interpretações de múltiplos intérpretes podem ser analisadas e comparadas no tocante às diferentes construções de suas realidades” e de outras (FLICK, 2004, p.167).

A análise fílmica prevê a deposição de seus fragmentos, à medida que o processo de desconstrução é elementar para que, em função de suas partes, estabeleçam-se elos entre seus elementos na busca de compreender suas associações e os significados implícitos, quando se dá o retorno à composição de seus fragmentos, com novo aporte de significados e de compreensões (VANOYE; GOLIOT; LÉTÉ, 1994).

O diferencial da abordagem fílmica, comparada com a observação tradicional, diz respeito à vantagem de acesso irrestrito e discussões menos racionais e lógicas, abrangendo diversidade de sentidos e novas possibilidades de leituras sobre fenômenos sociais que compreendam teorias com vida (WOOD JR., 2007; FLICK, 2004). Para tanto, utiliza-se o filme como arte estética que constitui, simultaneamente

(...) uma forma de conhecimento sensorial, em contraposição ao conhecimento intelectual; uma forma expressiva de ação, desinteressada e sem uma finalidade instrumental específica; e uma forma de comunicação diferente da comunicação oral e caracterizada pela possibilidade de partilhar sentimentos e conhecimento tácito (WOOD JR., 2001, p. 150).

Identifica-se, ainda, que a utilização dos dados visuais, associada à pesquisa qualitativa, atravessa um importante crescimento, à medida que há “um desejo por parte do pesquisador de ultrapassar os limites das palavras orais e do relato sobre as ações” (FLICK, 2004, p.171). Ao mesmo tempo, tem sido amplamente considerado no âmbito da

administração, à medida que problematiza práticas de gestão e fenômenos sociais correlatos às organizações por meio de um sistema de significados disponíveis e acessíveis por esquemas e análises profícuas e geradoras de conhecimento (PAIVA-JUNIOR; ALMEIDA; GUERRA, 2008).

Análise Fílmica

A obra “Vidas Secas”, de autoria de Graciliano Ramos, foi publicada originalmente em 1938, e produzida no cinema em 1963, sob direção de Nelson Pereira dos Santos, sendo premiado no festival de Cannes, na França, em 1964. A obra retrata a saga de uma família de retirantes nordestinos formada por Fabiano, sua consorte Sinhá Vitória e sua prole (dois filhos), e a estória da cadela Baleia e de um papagaio.

Após cansativa peregrinação pelo semiárido nordestino, a família encontra uma fazenda abandonada que viria a servir de moradia provisória do núcleo familiar. Fabiano é contemplado com um emprego de vaqueiro e a família decide se instalar nas imediações da fazenda.

A percepção de que a região recém-ocupada pela família parecia amaldiçoada, logo vem à tona em seus pensamentos, já que havia muita seca, fome e pobreza extremada. A esse respeito, invoca-se a leitura trágica da miserabilidade da região, marcada pelas condições naturais que colocam o homem à própria sorte (DEMO, 1991; SAMPAIO, 2001, RIGOTO; FREITAS, 2012), considerando sua adaptabilidade à seca, por meio de ações individuais de sobrevivência.

Além dos problemas inerentes ao homem daquela localidade, tais como: analfabetismo, e dificuldade no acesso ao “progresso”, ou direitos relacionados à educação e à saúde, por exemplo, para Fabiano, homem humilde e ingênuo, não restava muitas opções. Tal situação, típica da Região Nordeste nas décadas de 30 e 40, não foi totalmente transformada nos dias hodiernos, haja vista que, mesmo diante da emergência de políticas públicas, a lógica emergencial assistencial, por um lado (POMPEU; TASSIGNY, 2006), ou a lógica de apropriação do trabalho do sertanejo sob a égide capitalista (PONTES *et al.*, 2012), por outro, sempre no exercício do papel mediador dos interesses mercantis, em geral, desconsideram ou sufocam conflitos socioambientais (MISOCZKY, 2010), que são subjacentes à “nova forma de perpetuar e regular as relações na região” (CHACON, 2007, p. 33).

O maior desejo da família de Fabiano e de todo homem sertanejo seria ter uma forma digna para sobreviver em meio ao sol

escaldante, que o clima e a vegetação do semiárido propiciavam. Situação que perdura até hoje para milhões de brasileiros que, após inúmeras tentativas de permanecer em suas raízes e na sua terra, partem em direção a novas perspectivas para o Sul do país. Foi, inclusive, a própria situação do êxodo rural que contornou ações políticas de cunho assistencialista, em defesa de grupos prejudicados (dominantes) (DINIZ, 1999).

Os anos de 1941 a 1942 em que a obra se passa foram emblemáticos, enquanto na Europa eram sofridos os terrores da 2ª guerra mundial, alicerçados em armas, no Nordeste brasileiro, a maior batalha a ser vencida era a guerra contra a fome e a seca. O uso de expressões típicas como “fuzuê” e “surra de facão” denunciam uma verdadeira guerra contra o clima e a fome do povo nordestino.

A guerra travada na seca, que impõe relações de dominação entre o sertanejo e o coronel, constitui a organização social da região (POMPEU; TASSIGNY, 2006), com suporte na concepção do poder local, delimitada entre minifundiários e latifundiários (DEMO, 1991; BARREIRA, 1991), ou pelo poder central, expressa pela postura de um Estado paternalista (BURSZTYN, 2008), pronto para dar ao sertanejo condições mínimas de subsistência, numa relação de dependência construída e alimentada pelo ideário do progresso e da salvação capitalista.

Mesmo no cenário desolador de seca, condições sub-humanas de vida, que pareciam esquecidas por Deus, existia a possibilidade de sonhar com dias melhores. São os sonhos que marcam a trajetória dos personagens e os impulsionam a buscar a sobrevivência no sertão.

Observa-se, então, a contradição evidenciada na problemática da seca, quando o sujeito sertanejo possui duas formas de estar no mundo, pelo humano que é, em essência, e pela desumanização atrelada ao caráter social e estrutural da seca (DEMO, 1991). A segunda se perpetua pela negação do direito a condições dignas e de cidadania, que conduz o sertanejo ao embrutecimento, cerceado por possuir múltiplas carências “naturais” ou “naturalizadas” (AB’SÁBER, 1999). Assim, a bestialização dos trabalhadores nordestinos está imbricada com a seca da região, o ser humano começa a perder sua essência.

Na análise semiótica da cadela Baleia, o enredo quase lhe empresta características personificadas próprias do homem do local. Como quase parte da família e aparentemente única diversão dos meninos, o animal sempre ganha os restos de comida e se contenta com a dieta extremamente restrita.

A docilidade humana da cadela denuncia a mistura, quase irreconhecível, entre humano e animal. O homem, nesse cenário, é parte da problemática, sem que se possa fugir do seu destino (POMPEU; TASSIGNY, 2006). Ao conflito demanda-se o assistencialismo e ao homem atribui-se a docilidade como característica que conduz a organização social do semiárido (DUARTE, 2002; POMPEU; TASSIGNY, 2006).

Devido aos poucos diálogos, deficiente articulação verbal das personagens, que refletem a situação de adversidade ambiental e social, nenhum dos personagens parece assumir a posição de narrador. Infere-se que esta posição é emblemática da negação do sujeito como condutor de sua própria história, pelas limitações que impõem ao sertanejo o protagonismo (DUARTE, 2002). O enredo, em terceira pessoa, colabora para demarcar o distanciamento dos personagens da reflexão sobre suas histórias de vida, também demonstrado pela evidente valorização do tempo psicológico e não do cronológico, que acaba por distanciar ainda mais os personagens do mundo civilizatório que é ordenado.

Quando o Soldado Amarelo dá a Fabiano ordens ininteligíveis que acabam causando a prisão dele, percebe-se a dificuldade de comunicação própria daquela região e do povo. A compreensão fragilizada abre duas questões no filme: por um lado, a organização social do semiárido, pela naturalidade da seca e do sertanejo como produto desse meio, centra-se na sua “necessidade” de apoio e suporte econômico, com rígidos controles, haja vista que esses sujeitos “não compreendem” e precisam de tutorização (BURSZTYN, 2008), que legitima a figura do coronel ou de seus disfarces, quando o dominado consegue perpetuar sua dominação pela relação da dependência aceita (JANOTTI, 1981).

Em “Vidas Secas”, percebe-se o clima de tensão nas relações homem/meio ambiente/meio social que situa a problemática dos conflitos socioambientais. Além da trama discorrer sobre a organização social do semiárido, na sua relação com políticas públicas e com as relações de poder, também se propaga o ambiente como estruturante do homem em sua humanização e, no filme, sua desumanização. Assim, os personagens reagem ao meio e tentam se adaptar como questão de sobrevivência. O meio “naturalizado” pela situação da seca não oferece ao homem outras formas de exploração, pois a construção do espaço e a manipulação das condições sociais advindas da seca assumem um *status* incompatível com a realidade do filme.

Diante da tensão e de seus resultados, espera-se não apenas políticas assistencialistas nem voltadas para o desenvolvimento, pois, em tornos delas, o sertanejo não partilha do significado de igualdade social, justiça ambiental (ELKINGTON, 2012, p.110), com suporte no controle produtivo do estado. O desenvolvimento alternativo (MISOCZKY, 2010) coloca o sertanejo na condição de protagonista do processo produtivo, quando a ele são dados direitos sociais constitucionais, especialmente direito à educação e, por meio dela, liberdade de ação e de decisão.

Considerações Finais

A pesquisa, composta por um ensaio e um estudo observacional, analisou a obra “Vidas Secas”, que retrata a condição do sertanejo diante da vida no semiárido. Considera-se que se trata de um romance atemporal e clássico, que jamais ficará em desuso, principalmente porque essa situação climática e social ainda perdura em todo Nordeste brasileiro. A família de Fabiano não é apenas representativa de um problema socioambiental, mas representa um povo, uma região.

Com o objetivo de investigar o sertão semiárido sob o ponto de vista das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da seca, o estudo explora reflexões e inferências sobre a distinção entre políticas públicas que buscam atuar na mediação do conflito entre os donos das terras e os sertanejos. Por um lado, observam-se políticas que caminham para minimizar a condição emergencial da seca e, por outro, ações governamentais que consideram a seca um problema estrutural e um fenômeno social. Mesmo que este se consubstancie num avanço para a região semiárida, infere-se que a lógica subjacente à essas ações, sob a égide capitalista, perpetua a condição do sertanejo subjugado a um sistema de dependência do Estado.

A esse respeito, coloca-se em questão possibilidades de fuga dos determinantes da organização social do semiárido, por meio da protagonização do sujeito sertanejo, quando a ele são dadas condições sociais de cidadania, possibilitando a ele romper com a lógica da carência estrutural, desumanização e naturalização da pobreza. Esta é expressa pelas relações de poder que se processam na organização social e que legitimam o lugar do sertanejo como adjacente aos meios de produção, que fazem da região fonte de riqueza dos latifundiários.

Assim, a seca, a pobreza e a dependência fazem parte do conjunto de características sertanejas, mas não são imutáveis. A ruptura é possível quando se desvela a estruturação social que faz com

que a mesma seca, pobreza e dependência tenham lugar legítimo de perpetuação de forças econômicas que direcionam a sorte do povo do semiárido.

Ao mesmo tempo, reunindo as visões referentes às funções e concepções do Estado capitalista, em conjunto com a moldura histórica do semiárido, a qual sofria fortes influências do regime coronelista, questiona-se se as políticas públicas inseridas no semiárido, propagadas com a intenção de propiciar sustentabilidade para a região, e que, ideologicamente, apenas modernizaram as tradicionais ambições das oligarquias latifundiárias que, desde o final do período colonial, foram alocadas no sertão.

No que tange às considerações finais, que se colocam, também, como iniciais, considera-se que resistências em relação às condições socioambientais podem fazer emergir um novo lugar ao sertanejo, simbolizado pelas várias possibilidades de acesso (a terra, à educação, à saúde, à humanização). Desses conflitos pode emergir a posição crítica do desenvolvimento alternativo (Figura 2) ou pós-desenvolvimento, sustentada pela percepção dos problemas socioambientais, instituindo uma lógica diferente da razão moderna, “com base na subsistência/afeto/participação/liberdade, em vez de ser/ter/fazer” (MISOCZKY, 2010, p. 177).

Figura 2: Modelo de análise do semiárido, com suporte da leitura da crítica do desenvolvimento alternativo



Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Mesmo que a proposta de análise expressa na Figura 2 seja distanciada do contexto de vida capitalista, acredita-se que a crítica ao desenvolvimento alternativo possa permear novas discussões sobre o semiárido e a vida sertaneja, com referência também no significado de igualdade social e de justiça ambiental. Assim, sugere-se

que novos estudos possam melhor explorar como a subsistência pode romper com a lógica da pobreza e instaurar novas organização social e relações de poder; investigar como a participação pode ser garantida por meio de sua efetivação (que vai além da participação física diante de um contexto inóspito, distanciado e incompreensível) e, com isso, permitir que o sertanejo possa compreender a seca e agir em torno dela e, também, como a liberdade pode romper com as relações de poder e com políticas públicas que centram suas ações na dependência.

Pesquisas que apontem a teorização do desenvolvimento alternativo podem, também, olhar o semiárido sob a ótica da sustentabilidade com referência ao significado de igualdade social e de justiça ambiental (ELKINGTON, 2012).

Por fim, ciente que o texto não encerra e, possivelmente, pode ensejar novas discussões, indica-se que as limitações da presente pesquisa se dão, principalmente, na não observação *in loco*, da realidade sertaneja. A esse respeito, entende-se que as críticas/inferências circulam na discussão entre autores e no estudo da obra “Vidas Secas”.

Referências

AB’SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: Uma Geografia Humana Sofrida. In: Dossiê Nordeste Seco. São Paulo/SP, **Revista Estudos Avançados/USP**, Vol. 13 – Número 36 – Maio/Agosto 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. Recife, Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

AMADO, J. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ANTÔNIO FILHO, F. D. Sobre a Palavra “Sertão”: origens, significados e usos no Brasil. **Revista Ciência Geográfica**, v. XV, n. 1, p. 84-87, jan./dez. 2011.

BARREIRA, C. Seca: Reprodução, Poder e Rebelião. In: MAGALHÃES, A. R.; BEZERRA NETO, E. (Orgs.). **Aspectos Sociais e Econômicos de Variações Climáticas e Respostas Governamentais no Brasil**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1991.

BERTERO, C. O. Réplique 2 – “O Que é um Ensaio Teórico?” Réplique a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, art. 2, p. 338-342, 2011.

BURSZTYN, M. **O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro/Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

CHACON, S. S. **O Sertanejo e o Caminho das Águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido**. Fortaleza: BNB, 2007.

CHAGAS, P. B.; CARVALHO, C. A.; MARQUESAN, F. F. S. Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento **Organ. Soc.**, Salvador, v. 22, n. 73, p. 269-290, June 2015.

DEMO, P. Aportes Metodológicos às Práticas Sociais de Enfrentamento da Seca. In: MAGALHÃES, A. R.; BEZERRA NETO, E. (Orgs.). **Aspectos Sociais e Econômicos de Variações Climáticas e Respostas Governamentais no Brasil**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1991.

DINIZ, A. S. A Intervenção do Estado e as Relações de Poder na Construção dos Perímetros Irrigados do Nordeste. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 1, ano 1, p. 81-90, 1999.

DUARTE, R. S. **O Estado da Arte das Tecnologias para a Convivência com as Secas no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

FINAN, T. J. **Drought and Demagoguery: A Political Ecology of Climate Variability in Northeast Brazil**. Paper presented at the Workshop on “Public Philosophy, Environment, and Social Justice”, Carnegie Council on Ethics and International Affairs Merrill House. New York, Oct. 1999.

FLICK, W. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

JANOTTI, M. de L. M. **O Coronelismo: Uma Política de Compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LACERDA, N. B. de; OLIVEIRA, T. S. Agricultura irrigada e a qualidade de vida dos agricultores em perímetros do Estado do Ceará, Brasil. **Revista Ciência Agronômica**, v. 38, n. 2, p. 216-223, Fortaleza: UFC, 2007.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

MACEDO, J. **Império do Bacamarte: Uma Abordagem sobre o Coronelismo no Cariri Cearense**. Fortaleza: UFC, 1990.

MAGALHÃES, A. R. et al. **Organização Governamental para Responder a Impactos de Variações Climáticas: A Experiência da Seca no Nordeste do Brasil**. In: MAGALHÃES, A. R.; BEZERRA NETO, E. (Orgs.). **Impactos Sociais e Econômicos de Variações Climáticas e Respostas Governamentais no Brasil**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1991.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico?. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, Apr. 2011.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass Inc. Publishers, 1998.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade,

geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica. In: SANTOS,

Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um**

discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

MISOCZKY, M. C. A. **Desenvolvimento: conflitos socioambientais e perspectivas em disputa**. In: MISOCZKY, M. C. A.; FLORES, R. K.; MORAES, J. **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: DaCasa, 2010.

MORIN, E. **A Cabeça Bem-Feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORIN, E. **O Método**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002. v. 5.

PAIVA JR.; F. G.; ALMEIDA, S. L. GUERRA, J. R. F. **O Empreendedor Humanizado como uma Alternativa ao Empresário Bem-sucedido: um novo conceito de empreendedorismo, inspirado no filme Beleza Americana**. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, p. 112-134, 2008.

PICOLI, F. Do Extrativismo ao Agronegócio das Monoculturas de Mercado na Amazônia Norte Mato-Grossense. **REBELA. Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v.1, n.2, 2011.

POMPEU, G.; TASSIGNY, M. **Seca, Forno e Estado de Emergência**. Fortaleza: INESP, 2006.

PONTES, A. Z. V. et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 11, p. 3213-3222, nov. 2013.

POULANTZAS, N. **O Estado, o Poder e o Socialismo**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIGOTTO, R. M.; FREITAS, B. M. C. **Dossiê Perímetros Irrigados: Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido**. 2012.

SAMPAIO, J. L. F. A História da Ocupação e o Processo de Urbanização no Semiárido Brasileiro. In: **Memórias do Seminário Natureza e Sociedade nos Semiáridos**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002.

SANTOS, S.; CAPPARELLI, S. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito In: BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo : Paulus, 2005.

SOUSA, E. M de O. O “novo modelo de irrigação e os colonos de Morada Nova”: Política para qual Público? In: TADDEI, R.; GAMBOGGI, A. L. (Orgs.). **Depois que a Chuva não Veio: Respostas Sociais às Secas no Nordeste na Amazônia e no Sul do Brasil**. Fortaleza: FUNCEME/CIFAS, 2010.

TAVARES, J. C. de S.; TASSIGNY, M. M.; OLIVEIRA, A. G.; BIZARRIA, F. P. de A.; TEIXEIRA, R. N. C. Irrigação e Sustentabilidade: estudo de caso do perímetro irrigado Jaguaribe - Apodi sob a ótica do Triple Bottom Line, In: **Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA**, 2015.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

WOOD Jr., T. Nota Técnica: a perspectiva estética contra o império da razão. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (eds.) **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

WOOD JR., T. Nota técnica: frutas maduras em supermercado de idéias mofadas. In: CLEGG, S.; E. HARDY, C.; NORD, W. (org.). **Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2007.